

## CAPÍTULO 3

### ESTADO E A VIOLÊNCIA COMO UMA POTÊNCIA ECONÔMICA DO CAPITAL: elementos históricos para a compreensão da atual escalada da extrema-direita no Brasil

*Douglas Ribeiro Barboza  
Priscila Silva Leite Cruz  
Ana Carolina Sampaio Ferreira  
Rayanne Tropiano dos Santos*

#### Introdução

Mészáros (2002, p. 96-97) ressalta insistentemente a necessidade de se compreender que o capital não é apenas uma "entidade material", nem muito menos um "mecanismo" racionalmente controlável (como querem nos fazer acreditar os apologistas do supostamente neutro "mecanismo de mercado"), mas sim, em última análise, "*uma forma incontrolável de controle sóciometabólico*", mais dinâmico do que todo o conjunto dos anteriores modos de controle. É o primeiro na história que se constitui como "totalizador irrecusável e irresistível", não importando quão repressiva tenha de ser a imposição dessa sua função, em qualquer momento e em qualquer lugar em que encontre resistência; cujo preço a ser pago, paradoxalmente, é "*a perda de controle sobre todos os processos de tomada de decisão.*"

A razão principal por que este sistema forçosamente escapa a um significativo grau de controle humano é precisamente o fato de ter, ele próprio, surgido no curso da história como uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe a *mais* poderosa – estrutura "*totalizadora*" de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua "viabilidade produtiva", ou parecer, caso não consiga se adaptar. Não se pode imaginar um sistema de controle mais inexoravelmente absorvente – e, neste importante sentido, "totalitário" – do que o sistema do capital globalmente dominante, que sujeita cegamente aos mesmos imperativos a questão da saúde e a do comércio, a educação e a agricultura, a arte e a indústria manufatureira, que implacavelmente sobrepõe a tudo seus próprios critérios de viabilidade, desde as menores unidades de seu "microcosmo" até as mais gigantescas empresas transnacionais, desde as mais íntimas relações pessoais aos mais complexos processos de tomada de decisão dos vastos monopólios industriais, sempre a favor dos fortes contra os fracos. No entanto, é irônico (e bastante absurdo) que os propagandistas de tal sistema acreditem que ele seja inerentemente *democrático* e suponham que ele realmente seja a base paradigmática de qualquer democracia concebível (Mészáros, 2002, p. 96).

Este modo estabelecido de reprodução sóciometabólica (cujas determinações estruturais fundamentais impedem que funcione de outra maneira) passa a ameaçar diretamente a sobrevivência da humanidade, haja vista as atuais tendências destrutivas de desenvolvimento que impõem o seu poder não apenas no domínio militar, como também na produção econômica e na relação da humanidade com a natureza (Mészáros, 2007).

Nas páginas de *O Capital*, Marx (1996a) permitiu-nos a compreensão de como o capitalismo — pensado como a relação social entre o trabalho e o capital — atua expandindo poderosamente e revolucionando constantemente a capacidade de produção. No *Manifesto Comunista*, afirma-se que, ao mesmo tempo em que o capitalismo é gerador de imensas possibilidades, eliminando o isolamento entre as regiões, socializando a produção intelectual e criando colossais forças produtivas, por outro lado sua “missão civilizadora” foi realizada por meios bárbaros, além de reduzir todas as relações sociais a relações mercantis, sob as quais todas as formas tradicionais de permanência e coesão social são volatizadas e o “frio interesse” passa a ser generalizado. Assim como “todas as classes que, no passado, conquistaram o poder, trataram de consolidar a situação adquirida submetendo a sociedade às suas condições de apropriação”, a burguesia subverteu continuamente a produção e abalou constantemente todo o sistema social, generalizando e efetuando um despotismo “tanto mais mesquinho, odioso, exasperante, quanto mais abertamente proclama ter no lucro o seu objetivo exclusivo” (Marx; Engels, 1961, p. 27-30).

Em outras palavras, a burguesia não somente é produto de uma série de revoluções como também, para garantia de sua existência, opera e desencadeia, com sua dinâmica, um incessante processo revolucionário alçando todas as dimensões das relações sociais: revoluciona as condições de produção e trabalho, elevando a centralização dos meios de produção e da propriedade em geral em poucas mãos; revoluciona o Estado, transformando-o em “comitê executivo” para gerar os seus negócios comuns, conformando assim, como poder, a síntese de um processo de transformações em que a “centralização econômica” tem como consequência necessária a “centralização política”; revoluciona a cultura, despedaçando sem piedade todos os complexos e variados laços das antigas relações rígidas e enferrujadas, restando aos seres humanos apenas as duras exigências dos vínculos criados pelo interesse nu e cru do pagamento pessoal e insensível “em dinheiro” (Marx; Engels, 1961, p. 23-25).

É, pois, apoiado na exploração do trabalho alheio e na extração da mais-valia, que a classe capitalista buscará se aprimorar, desenvolver-se para expandir e progredir na acumulação. Portanto, reprodução capitalista não deve se limitar somente na reprodução

do trabalhador - embora este fato tenha sua importância na sociedade burguesa - mas, sobretudo, na preocupação capitalista em manter intactas as vias de circulação e meios de produção. À luz de Marx, afirma Harvey (2005, p. 43):

A teoria de Marx do crescimento sob o capitalismo situa a acumulação de capital no centro das coisas. A acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista. O sistema capitalista é, portanto, muito dinâmico e inevitavelmente expansível; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessante e constantemente, reforma o mundo em que vivemos.

Para o desenvolvimento do capitalismo e para a consolidação do poder burguês, era indispensável a derrota das instituições sócio-políticas feudal-absolutistas, pela via da democratização da vida social e dos novos organismos estatais. A rígida hierarquia de direitos e obrigações de estrutura feudal e a igualdade teológica do catolicismo confrontavam-se com a necessidade de uma inteira autonomia pessoal dos indivíduos (a possibilidade de se disporem de si mesmos, sem tutelas pessoais) e de sua igualdade perante a lei (sustentáculo de direitos, também legais, de participação e representação social e política), necessidades estas que viabilizavam as relações mercantis – dentre elas, a venda da força-de-trabalho - como relações sociais universais. A tarefa colocada às forças do progresso “[...] era a consolidação de uma ordem burguesa com uma superestrutura política de natureza liberal, na qual o poder fosse limitado pelos direitos individuais considerados direitos naturais” (Coutinho, 2006, p. 14).

A realização histórico-prática desse processo resultou de combates vitoriosos contra os poderes da hierarquia feudal, nos quais a burguesia desempenhou um papel eminentemente revolucionário, encabeçando o movimento e generalizando as idéias de *liberdade e igualdade* entre a “arraia miúda” (os artesãos, trabalhadores das cidades e dos campos) para a efetivação de um projeto que implicava a destruição das relações sociais pré-capitalistas (traduzida na demolição da estrutura feudal) e o fomento do desenvolvimento de condições de vida e trabalho adequadas ao movimento do capital.

Todavia, Gramsci (2002a, p. 139) já nos alertara que, ao se configurar lentamente a partir dos processos históricos de mudança iniciados no século XVI, o Estado moderno nunca se limitou a exercer simplesmente o papel de vigia que lhe foi atribuído no início da ideologia liberal. Conforme destaca Acanda (2006, p.168), os primeiros Estados burgueses surgidos no século XVII (Inglaterra e Holanda) tiveram, na verdade, a tarefa de exercer seu poder para defender, mediante vários modelos de medidas protecionistas (inclusive a guerra), os interesses de suas respectivas burguesias nacionais. Neste quadro, longe de ter

no Estado um adversário ou mesmo um simples acompanhante indiferente, a sociedade civil originária - conformada pelas formas de associativismo burguês - foi reforçada em seu desenvolvimento pelo próprio Estado; ou seja, “[...] a construção da sociedade civil burguesa esteve, no mínimo, fortemente apoiada pelo poder político (quando não induzida por esse)”, e o “Estado guarda-noturno” nunca existiu na realidade da história moderna, a não ser como uma construção da utopia liberal (Acanda, 2006, p. 168).

Resgatando o mérito, no âmbito da teoria política, da afirmação marx-engelsiana do caráter de classe de todo fenômeno estatal, podemos perceber como Marx, num movimento de desfetichização, desvelou a aparente autonomia e “superioridade” do Estado concebido por Hegel, afirmando que esta autonomia e superioridade mantinham suas raízes e explicações nas contradições imanentes da sociedade como um todo. Marx toma como ponto de partida o postulado de Hegel de que, por um lado, o Estado consistiria na esfera da universalização, enquanto, por outro lado, o mundo da “sociedade civil” (a esfera das relações econômicas) seria o reino dos indivíduos atomizados e particularistas. Contudo, em contraposição ao mesmo, Marx revela o caráter puramente *formal* dessa universalidade do Estado em contraste com a esfera econômica da pura particularidade, pois ela deriva do fato de que o homem da sociedade moderna está dividido (*bourgeois e citoyen*) em sua própria vida real (Marx, 2000, 2005).

Se o homem que vive no mundo real da “sociedade civil” (o *bourgeois*) conhece apenas interesses privados e particularistas, então esta divisão impõe uma *alienação* da esfera político-estatal em relação ao homem real e concreto, impedindo assim que o Estado efetivamente represente uma vontade geral, o que demonstra que a noção hegeliana de Estado é somente uma *aparência* a camuflar a dominação de uma casta burocrática que, assim como todas as outras “corporações” da sociedade civil, apenas está interessada em defender os seus próprios interesses particulares.

Assim, ao afirmarem que todas as sociedade anteriores se basearam no antagonismo entre classes opressoras e classes oprimidas, e que a originalidade do capitalismo consiste no fato de que “[...] a época da burguesia caracteriza-se por ter simplificado os antagonismos de classes” (Marx; Engels, 1961, p. 21-22), os fundadores do socialismo científico reconheciam no Estado uma instituição em disputa pelas classes em conflito que visam fazer valer seus interesses, e que, devido ao antagonismo desta sociedade, longe de representar a sociedade de um modo geral - promovendo o bem comum e o respeito ao interesse geral - o Estado surge como instrumento de dominação da classe mais forte; isto

é, o Estado não se coloca acima da luta de classes, mas sim, mantêm-se inteiramente imbricado nela.

A identificação de Estado e governo das teorias liberais remete, de fato, a uma concepção de Estado como estrutura puramente jurídico-coercitiva, de função de “*gendarme*”, “policial”, que “se limita à tutela da ordem pública e ao respeito das leis” (Gramsci, 2002a, p. 85), e que ainda não superou a mera fase corporativa, não se desenvolveu em sintonia com a maturação das forças sociopolíticas emergentes na história. Dessa forma, essa incapacidade de se renovar e de aderir à realidade histórica concreta - disfarçada por uma postura de neutralidade difundida como o máximo da liberdade - abre terreno para a fragmentação social e o vazio político. Ao invés de se configurar como um sinal de liberdade, a separação entre sociedade política e sociedade civil acaba se transformando em deslocamento da base histórica do Estado, sob o qual emerge a condição propícia para formas extremas de sociedade política, isto é, para a formação de ideologias totalitárias prontas a intervir nos momentos de crise e de desorientação geral (Semeraro, 1999).

### **A utilização estratégica e política da coerção estatal no modo de produção capitalista e a sua característica substancial no caráter dependente estrutural dos países latino-americanos**

Recuperando os escritos de Marx, Castelo (2021, p. 96-98) reforça que as inovações burguesas cruciais à gênese da ordem capitalista foram resultantes da violência do Estado, bem como esta foi imprescindível para a formação da força de trabalho, desde a preparação ao gerenciamento dessa mercadoria nuclear que permite a reprodução do modo de produção capitalista. A atuação violenta do Estado de classes é um processo que sofreu mutações no decorrer dos períodos históricos: a utilização estratégica e política da coerção estatal está presente desde a gênese desse modo de produção, assim como opera também na fase imperialista do capitalismo - ainda que seja preciso levar em consideração as contradições que marcam cada período histórico e as correlações de forças em disputa entre as classes sociais. Também sob esse viés, Iasi (2017) corrobora que o Estado e o uso da força se constituíram como elementos primordiais no processo denominado como acumulação primitiva, assim como considera que:

Já no desenvolvimento do período concorrencial, prevalece o afastamento do Estado para suas funções restritas de garantia da propriedade e das condições jurídicas da disputa entre os agentes

econômicos privados; situação revertida pelas condições monopólicas descritas, que passam a evocar a presença estatal na gestão das condições gerais que garantam a acumulação ampliada de capitais, incluindo as condições políticas diante das demandas e lutas dos trabalhadores; e, por fim, o ciclo chamado ‘neoliberal’, no qual o Estado teria novamente se retirado com todos os conhecidos efeitos sobre a gestão e desenvolvimento das políticas públicas e sociais (Iasi, 2017, p. 223).

Na era dos monopólios as contradições próprias do modo de produção capitalista são colocadas em um patamar mais elevado causando transformações substanciais na dinâmica das relações sociais burguesas. Segundo Netto (2011, p. 19-20), na mesma medida em que “[...] potencia as contradições fundamentais do capitalismo já explicitadas no estágio concorrencial e as combina com novas contradições e antagonismos, deflagra complexos processos que jogam no sentido de contrarrestar a ponderação dos vetores negativos que denota”. Deste modo, o capitalismo ao ingressar no estágio imperialista, consagra a sua maturidade histórica, atingindo, assim, uma gama de possibilidades de seu desenvolvimento que tornam mais complexos e vastos os sistemas que asseguram sua dinâmica.

A transmutação sofrida pelo aparelho estatal no marco imperialista está relacionada a intervenção, tanto no sentido estrutural quanto funcional. Para a preservação das condições externas de acúmulo de capital progressivo, o Estado passa a intervir continuamente e sistematicamente na organização e na dinâmica econômica. Ou seja, há uma combinação entre as funções políticas e econômicas do Estado, o que permite maior diversidade nas suas atribuições. Logo, pode-se destacar que, além de atuar como um gestor dos ciclos de crise; de dar sustentação e legitimação social e política para garantir o consenso das classes sociais via direitos civis e sociais:

[...] o Estado - como instância da política econômica do monopólio - é obrigado não só a assegurar continuamente a reprodução e a manutenção da força de trabalho, ocupada e excedente, mas é compelido (e o faz mediante os sistemas de previdência e segurança social, principalmente) a regular a sua pertinência a níveis determinados de consumo e a sua disponibilidade para a ocupação sazonal, bem como a instrumentalizar mecanismos gerais que garantam a sua mobilização e alocação em função das necessidades e projetos do monopólio (Netto, 2011, p. 27).

Ao argumentar que a violência, conformada como potência econômica, configura-se como “[...] a parteira de toda a velha sociedade que está prenhe de uma nova”, Marx (1996b, p. 370) nos demonstra que não foi apenas o acúmulo de capital mercantil que, ao

longo de décadas, propiciou a concentração da propriedade da terra nas mãos de poucos e o aparecimento de uma classe que teria condições de se tornar compradora da força de trabalho. A acumulação primitiva – conjunto dos processos não capitalistas que prepararam e aceleraram o advento do modo de produção capitalista — assinalou-se como uma época de violenta subversão da ordem existente, sob a qual o processo bárbaro de “cercamentos” das terras comunais dos camponeses<sup>1</sup> foi acompanhado, dentre outras ações, pela distribuição das terras confiscadas pela Igreja Católica entre aristocratas aburguesados e novos burgueses rurais; pela transferência de riquezas concentradas pelo Estado às mãos de um punhado de privilegiados (o que fez aumentar a dívida pública); e pelo protecionismo que a nascente burguesia industrial usufruiu em sua desenfreada atuação no mercado nacional - o que lhe garantiu amplas possibilidades para arruinar e expropriar os artesãos, então obrigados ao trabalho assalariado.

Do colonialismo da época mercantilista, com o comércio ultramarino, ao tráfico de escravos africanos, todos os métodos que fundamentaram a acumulação primitiva “[...] utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade”, para ativar artificialmente e abreviar a transição rumo ao modo de produção capitalista (Marx, 1996b, p. 370). Além da recorrência (alternada ou simultânea) ao negócio, ao engano e à violência bruta, a expansão ampliada daquele capital se conformou, também, através de métodos que nada ficaram a dever à barbárie perpetrada contra os camponeses:

A descoberta das terras do ouro e da prata, nas Américas, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas; o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais; a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marca a aurora da era da produção capitalista (Marx, 1996b, p. 370).

Há um ponto que aqui vale a pena ser levantado a partir das reflexões de Harvey (2005): a preocupação com o ajuste espacial na sociedade capitalista e a questão do tempo como garantia de acumulação. Quanto mais o capital tem capacidade de progredir e crescer tecnologicamente (através de meios de comunicação e transportes) mais ele produz e mais rápido o capital retorna para ele acrescido de valor. A esfera da circulação, portanto, tem que se comportar de maneira fluida e fácil para o escoamento de suas mercadorias, como a conquista de novos mercados - exemplo maior não há do que as grandes navegações, que

---

<sup>1</sup> Seja com a expulsão destes últimos através da violência brutal de proprietários fundiários para a transformação das terras em pastagens de ovelhas, seja pelo castigo imposto através de legislações “sanguinárias” aos camponeses que resistissem a tal processo. Movimento este cujo resultado foi o deslocamento, para as cidades, de uma enorme massa de homens que, livre da servidão e desprovida de tudo à exceção da sua força de trabalho, poderia, então, migrar para vários lugares oferecendo-se para trabalhar num ávido mercado que lhe “aguardava” (de onde sairia a classe operária).

possibilitaram, à época, aos países europeus acumularem e expropriarem de maneira significativa para a expansão de sua acumulação.

O processo de produção só tem seu “fim” quando o valor da mercadoria se realiza e quando esse valor retorna para o processo produtivo. Aponta Harvey (2005, p. 50):

Os mercados mais distantes atam o capital, em processo de circulação, por períodos de tempo mais longos e, assim, têm o efeito de reduzir a realização da mais-valia para determinado capital. Justamente por isso, qualquer redução no tempo de circulação aumenta a produção do excedente e intensifica o processo de acumulação. O aumento da “velocidade de circulação do capital” contribui para o processo de acumulação. Nessas condições, “até a distância espacial se contrai em relação ao tempo: o importante não é a distância do mercado no espaço, mas a velocidade.

Neste viés, entende-se que tempo e espaço se reafirmam como categorias importantes no modo de produção capitalista. A supressão do tempo pelo espaço (através do desenvolvimento sempre crescente da tecnologia) torna-se vital à reprodução sempre ampliada do capital. A reprodução do capital, a peculiaridade do trabalho e sua exploração se expandem para outros lugares, tomando um caráter cosmopolita, mas que a finalidade é a mesma: a acumulação de riquezas. Como bem aponta Abreu (2016), fazendo referência a Harvey:

O desenvolvimento capitalista, considerando-se o processo de reprodução ampliada do capital [...] ocorre sobre uma base estrutural fundada na exploração da força de trabalho, na apropriação privada da riqueza socialmente gerada pelo trabalho, no processo exponencial de valorização do valor no desenvolvimento contínuo (e predatório) das forças produtivas, na expropriação sempre renovada da terra e outros meios de vida dos trabalhadores, através da propriedade privada da terra e da natureza, na expropriação de direitos garantidores da reprodução social e sustentados em políticas e recursos públicos, na dominação predatória da natureza, e em diferentes formas de opressão e dominação de gênero e raça (Abreu, 2016, p. 50)

A criação do mercado interno necessário ao capitalismo, a partir da expropriação e exploração da força de trabalho, se expandirá nos demais países onde o capitalismo adentrar. Conforme esclarecem Marx e Engels (1961), a classe burguesa não sobrevive sem revolucionar constantemente os seus meios de produção e é este desenvolvimento constante das forças produtivas que possibilita à classe capitalista avançar internacionalmente e criar relações exteriores ao seu país. Estão no centro do modo de produção capitalista: alienação do trabalho, apropriação de seus frutos e a necessidade de derrubadas de fronteiras para que a circulação possa ocorrer sem empecilhos.

O uso de novas formas de energia e da maquinaria não só correspondeu à exigência de uma demanda concentrada, mas exigiu por sua vez, para se tornar rentável, em comparação com as técnicas manufatureiras até então praticadas, uma demanda muito ampla e, portanto, concentrada. Sem uma produção em grande escala, o investimento em capital fixo não pode ser amortizado (Singer, 1981, p. 25).

Tal desenvolvimento propicia a criação de um mercado externo. Desta forma, o capitalismo se expande economicamente com todas as suas contradições. Isto é, a forma de sociabilidade capitalista não fica presa em um país ou continente somente, este se expande para outros países tomando formas particulares onde adentra; contudo a base que o mantém continua a ser a da exploração do trabalho. Neste sentido, a exploração capitalista tomará contornos particulares de acordo com cada realidade, fazendo com que as consequências deste processo de expansão também sejam peculiares a cada nacionalidade.

O trabalho é dividido não apenas socialmente, como também espacial, racial e sexualmente, fato que refletirá, portanto, na dinâmica da reprodução social. Dentro da dinâmica capitalista, cada país ocupará uma função determinada que será aprimorada e reforçada a partir da interação com outros países, com o melhoramento dos meios de circulação e tecnologias (que possibilitam o capital a circular mais rapidamente), o que terá como ponto de partida uma característica nacional.

Fato este que provoca, de certo modo, o desenvolvimento desigual a nível nacional. Porém, não apenas de forma ampla – na relação entre os países – e sim mudanças significativas no interior desses países, refletindo-se no uso da terra, nas relações sociais, na economia, na política e na cultura. Nesse sentido, a inserção das nações na divisão internacional do trabalho sobre a base do mercado mundial, resultou em uma participação de forma singular e em distinto grau na expressão e expansão do capitalismo, em cada uma delas, e atribuiu um papel desigual nas diferentes etapas do seu desenvolvimento (Novack, 2008).

Um país atrasado assimila as conquistas materiais e ideológicas dos países adiantados. Não significa isto, porém, que siga servilmente estes países, reproduzindo todas as etapas de seu passado [...]. O caráter provincial e transitório de todo *processus* admite, efetivamente, certas repetições das fases culturais em meio ambiente sempre novos. O capitalismo, no entanto, marca um progresso sobre tais condições. Preparou e, em certo sentido, realizou a universalidade e a permanência do desenvolvimento da humanidade. Fica, assim, excluída a possibilidade de uma repetição das formas de desenvolvimento em diversas nações. Na contingência de ser rebocado pelos países adiantados, um país atrasado não se conforma com a ordem de sucessão: o privilégio de uma situação historicamente atrasada – e este privilégio existe – autoriza um povo ou, mais

exatamente, o força a assimilar todo o realizado antes do prazo previsto, passando por cima de uma série de etapas intermediárias [...] (Trotsky, 1977, p. 24).

Ao compreender que a história das sociedades onde o capitalismo adentrou não se realiza de forma linear ou etapista; que a mesma contém nuances e determinações que fogem a sua interioridade e que há outros processos que interferem no desenvolvimento de determinada localidade, Trotsky afirma que:

A desigualdade do ritmo, que é a lei mais geral do *processus* histórico, evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas, a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do *desenvolvimento combinado*, que significa a aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgamas das formas arcaicas com as mais modernas (Trotsky, 1977, p. 25, grifo do autor).

Para compreendermos o que ocorre no cotidiano da reprodução social como reflexo do capitalismo e sua necessidade de acumulação, é preciso considerar que as desigualdades engendradas pelo capitalismo permeiam os mais diversos espaços, e a sua combinação com as mais variadas formas de vida vem mostrar a necessidade de se complementar a modernidade capitalista com o que há de “atrasado”. À luz de Marx, Harvey (2005, p. 56) apontará que as limitações e características naturais dos países são consideradas quando se trata de comércio exterior, onde a “produção e circulação capitalistas tendem a transformar essas possibilidades [diferenças naturais geográficas] num sistema geográfico integrado de produção e troca, que atende ao propósito da acumulação capitalista”. O desenvolvimento geográfico do capital - a valorização de umas partes em detrimento da desvalorização de outras - é resultado do desenvolvimento desigual do próprio capital (Harvey, 2011), o que não significa que, em épocas anteriores ao capitalismo, não houvesse desigualdades e diferenças sociais. O que ocorre no capitalismo é que, mesmo ultrapassando o cenário de escassez ou frágil desenvolvimento da tecnologia e se tornando o sistema que mais produz riquezas, é o que menos distribui. Assim sendo, a combinação de fatores ditos modernos com formas antigas de relação entre os homens tende a favorecer na busca de seu objetivo. A desvalorização de determinadas regiões faz com que cada uma cumpra um papel que lhe é devido na divisão do trabalho dentro do capitalismo – seja ela internacional ou nacional local.

A acumulação primitiva em escala mundial - compreendida como um processo que, além de implicar a acumulação sem precedentes em um dos pólos do sistema, supõe necessariamente a expropriação de riquezas sem precedentes no outro extremo<sup>2</sup> - é o movimento fundamental da história com o qual está relacionada a colonização da América Latina. Seguindo as análises efetuadas por Marx (1996b) de que o excedente econômico produzido nas áreas coloniais (onde era extorquido ao produtor direto por vias escravistas e servis) não chegava a transformar-se realmente em capital no interior delas (pois fluía ao exterior para lá converter-se em capital), percebe-se um cenário onde apenas uma parcela relativamente modesta do enorme excedente gerado nas colônias latino-americanas (consustanciados pelas altas taxas de exploração) permanecia com as mesmas, para continuidade dos empreendimentos, das transações e das estruturas de administração e controle. A maior parte era transferida para as metrópoles, tanto por intermédio das administrações metropolitanas nas colônias, como através das empresas e do comércio privado, caracterizando uma correspondência entre o período da acumulação primitiva na Europa e o período de expropriação de riquezas na América Latina. Em outros termos, a América Latina, “forjada” ao calor da expansão comercial promovida pelo nascente capitalismo ao longo do século XVI, “se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capitalismo internacional” (Marini, 2000, p.107-108).

Colônia produtora de metais preciosos e de gêneros exóticos, num primeiro momento contribuiu para o aumento do fluxo de mercadorias e para a expansão dos meios de pagamento que, ao mesmo tempo que permitiam o desenvolvimento do capital comercial e bancário na Europa, sustentaram o sistema manufatureiro europeu e abriram o caminho para a criação da grande indústria (Marini, 2000, p.108).

É nesse conjunto de contradições que o caráter dependente estrutural é fomentado nos países latino-americanos atendendo às exigências dos países centrais (Ianni, 1974). Cueva (1983, p. 81) avalia que o processo de transição para o capitalismo na América Latina acontece de maneira subordinada às formas produtivas antecedentes e estabelece sua legalidade nas formas sociais correspondentes, todavia, sobredeterminada pelas condições histórico-concretas que a desenvolve. Marini (2013, p. 47) aponta que “[...] a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial”. Sob o mesmo viés teórico, Bambirra (2013) destaca que a relação intrínseca entre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina e no mundo é responsável pela conformação de características particulares que resultaram em tipos

---

<sup>2</sup> Enrique Semo (1973) concebe o período colonial como um período de “desacumulação primitiva”.

específicos de capitalismo dependente, preservando as leis gerais desse modo de produção. Para tanto, precisamos considerar que o período que antecede o desenvolvimento do capitalismo nos nossos trópicos é marcado pela colonização. Está caracterizada em âmbito mundial pela acumulação primitiva, que, por sua vez, refere-se a um processo que implica, concomitantemente, a acumulação inédita e em larga escala de um polo e pressupõe na mesma medida a desacumulação no polo inverso do sistema (Cueva, 1983).

Assim sendo, considera-se que o desenvolvimento do capitalismo está intimamente relacionado com o desenvolvimento de desigualdades que marcam todas as ramificações da vida social. Nessa linha, no estágio imperialista, a análise do desenvolvimento desigual inclui considerarmos todos os elos que conformam o modo de produção capitalista, haja vista que “[...] a força de uns depende diretamente da fraqueza dos outros, e vice-versa” (Poulantzas, 1972, p. 21). Logo, no contexto do seu desenvolvimento na América Latina, as leis gerais que regem esse modo de produção são elevadas a um patamar extremado. Estamos ante à materialização brutal da lei geral de acumulação capitalista: num polo, uma concentração de riqueza exacerbada e, no outro, o pauperismo absoluto para as grandes massas da sociedade (Marini, 2013). Nas palavras de Cueva (1983, p. 97), “[...] o desenvolvimento desigual adquire aqui o caráter de uma verdadeira ‘deformação’, ao mesmo tempo em que a exploração e a conseguinte pauperização das massas assumem o aspecto de uma ‘superexploração’”.

Nessa linha, a formação do Estado e a estrutura das classes na América Latina são consequências da forma como acontece a inserção dos países de capitalismo dependente ao mercado mundial, ou seja, como se dá a vinculação entre os países de capitalismo dependente e o circuito econômico das metrópoles. Isto porque a burguesia latino-americana possui um papel singular no que tange à constituição estatal, o desenvolvimento e a organização do mercado interno.

Segundo Marini (1985), a sociedade civil, em boa parte da América Latina, sempre precisou do Estado para se conformar e existir, tendo em vista as relações econômicas e políticas de caráter esvaziado que se conformaram tanto no período colonial quanto no imperial. Nos nossos trópicos, o aparelho estatal se conformou de uma forma a propiciar a dominação de classe e proteger as relações da burguesia nacional com as burguesias externas, haja vista a precoce vinculação econômica ao mercado mundial. Deste modo, o autor avalia que a nossa vocação estatista, além de sobrepôr o Estado à sociedade civil, “[...] o converteu no instrumento por excelência para moldá-la e transformá-la – em benefício,

naturalmente, das frações burguesas mais dinâmicas e, por isso mesmo, com maior capacidade de pressão sobre o aparelho estatal” (Marini, 1985, p. 21).

Logo, o teor classista do Estado, no contexto latino-americano, foi produto tanto de um processo singular de cada sociedade, quanto nas contradições da economia mundial (Silva, 2019). Nesses espaços, as nações são constituídas em um momento posterior aos processos de independência, o que permite ao Estado um poder de organização das relações sociais e políticas de modo a precedê-las. Isto é, a nação foi definida a partir dos interesses daqueles que dominavam o aparelho estatal. Desta maneira, Silva (2019, p. 82) considera que “[...] o Estado foi instrumento decisivo na destruição das formas comunais e consolidação da forma valor na América Latina”.

Conforme nos aponta Castelo (2021), o caráter violento do Estado marca o modo de produção capitalista, independente do seu estágio. No âmbito da América Latina, essa torna-se uma característica substancial do aparelho estatal, uma vez que, com vistas à garantia da superexploração da força de trabalho e da expansão capitalista, a repressão torna-se uma maneira efetiva de garanti-las. Assim sendo, temos um Estado que se distancia dos interesses do povo e, em contrapartida, que se empenha cotidianamente para garantir a sociabilidade da mercadoria (Silva, 2019).

A partir do estágio imperialista do capitalismo, as transformações no aparelho estatal no contexto latino-americano foram drásticas. Os Estados e o capital-industrial latino-americano se associam ao capital estrangeiro de forma subordinada, permitindo que a fase de industrialização acontecesse por meio de equipamentos obsoletos para abrir o setor secundário ao capital estrangeiro (Osório, 2012). Tais transformações no âmbito da reprodução industrial, cujo o domínio do capital estrangeiro se solidifica, resultam em respectivas mudanças no Estado. Sob esse mesmo viés, Florestan Fernandes (2019) aponta que a submissão dos países latino-americanos ao imperialismo deu-se por meio da dinamização interna do avanço do capitalismo sob dependência permanente; bem como a industrialização maciça através da associação entre a burguesia local e o Estado burguês com as multinacionais e nações capitalistas hegemônicas, com sua superpotência. Na avaliação do autor, esses são um dos elementos que fomentam a revolução burguesa em atraso e, conseqüentemente, uma ditadura de classe aberta e um Estado autocrático-burguês<sup>3</sup> (Fernandes, 2019).

De acordo com Agustín Cueva (2020, n/p), a partir da década de 1970, o domínio dos setores essenciais da indústria latino-americana pelo capital imperialista é incontestável,

---

<sup>3</sup> Conforme colocado por Fernandes (2019, p. 83), o Estado autocrático-burguês refere-se à forma assumida pelo Estado no âmbito da América Latina como instrumento para garantir a dominação externa e o despotismo burguês reacionário.

assim como o controle que esse capital instituiu no âmbito financeiro. Em torno dessa nova conformação do estágio monopolista, marcado pelos grandes comércios e pelos complexos agroindustriais, formou-se uma camada burguesa monopolista nativa e, com ela, o elemento interno decisivo para a constituição de um bloco monopolista estrangeiro-local. Este, somado às cúpulas burocráticas militares e civis relacionadas política e economicamente a ele, formou o eixo de uma dominação eventualmente fascista, isto é, capaz de se fascistizar quando as conjunturas históricas demandam. As ponderações de Cueva (2020) denotam essa transformação estatal, visto que, independente da forma política assumida pelo Estado - ditadura militar (independentemente de ter um viés fascista ou não) ou democracia formal - na América Latina o aparelho estatal precisou se adequar para garantir a vitória da contrarrevolução (Silva, 2019).

Ao analisar esse período histórico marcado pelas ditaduras militares no Cone Sul da América Latina, Fernandes (2019) evidencia que, nesse contexto, o Estado assume o caráter autocrático burguês. Isso significa que esse teor do Estado se origina ante a um momento de contrarrevolução política, tendo como finalidade a “modernização”, a incorporação e a industrialização maciça. Nessa linha, apenas as Forças Armadas poderiam atuar como elemento de transição do obsoleto Estado representativo latino-americano e, para tanto, era necessária uma militarização e tecnocratização das estruturas e funções dessa conformação de Estado. A partir de então, o Estado passa por uma série de inovações a fim de se adaptar às suas funções contrarrevolucionárias e coercitivas, o que resultara em estabilidade política, fortalecimento da ordem, privilegiamento das classes burguesas e aumento da acumulação de capital (via o aumento da taxa de exploração de mais-valia e a defesa da propriedade privada, iniciativa privada e capitalismo privado) (Fernandes, 2019).

Ademais, é importante mencionar que, ao olhar o caráter autocrático que marca o Estado nos países latino-americanos, Ianni (1974) pondera que os governos dos nossos trópicos são instáveis, ainda que nos períodos ditatoriais.

Os governantes dos países da América Latina rejeitam o “jogo democrático” sempre que os instrumentos de mando e decisão sobre diretrizes econômicas e políticas (internas e externas) começam a ser disputados pelas classes assalariadas. Sempre que se configura a possibilidade de uma reformulação real (ainda que reduzida) das estruturas de poder, devido à participação das massas assalariadas no processo político, então ocorre o golpe de estado (Ianni, 1974, p. 128).

## **O caráter autocrático do Estado como uma característica inerente à formação social brasileira: o combustível para os processos de fascistização**

Para Fernandes (1981, p.41), uma característica típica do capitalismo dependente<sup>4</sup> brasileiro se expressa no fato de que este se desenvolveu “graças à modernização do arcaico”. Neste sentido, “[...] as impossibilidades históricas formam uma cadeia, uma espécie de círculo vicioso, que tende a repetir-se em quadros estruturais subsequentes. Como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço” (Fernandes, 1987, p. 202).

[...] sempre equacionando seus dilemas pela via da conciliação pelo alto, excludente em relação à classe trabalhadora e sempre de prontidão para o exercício da contrarrevolução, o Brasil encontrou na dependência e no subdesenvolvimento a sua forma de integração para fora e desintegração para dentro (Antunes, 2011, p. 61).

O capitalismo dependente reforça as características “arcaicas”, usando-as para a sua própria reprodução, sem liquidar com as formas econômicas pré-capitalistas, mas refuncionalizando-as. Esse traço revela a origem senhorial e colonial, que conformou a revolução burguesa no Brasil, com traços autocráticos e por uma “via não clássica” de constituição do capitalismo (Fernandes, 1981; Cueva, 1983).

Desta forma, o processo de transição para o modo de produção capitalista no Brasil foi produto do “[...] deslocamento da função hegemônica entre as diferentes frações das classes dominantes”, caracterizado pelo uso dos aparelhos coercitivos, pela intervenção estatal com vistas à manutenção dos interesses burgueses e pelo extermínio das forças populares dos espaços políticos decisórios (Barboza; Andrade, 2020, p. 297). A “via não clássica” de transição ao modo de produção capitalista, caracterizada pela conservação dos elementos “arcaicos” das relações sociais e pela dependência ao capital internacional, colocou por terra a viabilidade de uma ruptura com o passado. A manutenção das condições essenciais para o desenvolvimento e garantia das relações sociais fundadas na sociabilidade da mercadoria são resultados de um país marcado por características coloniais, com uma economia baseada no latifúndio de monocultura extensiva, assentada

---

<sup>4</sup> A América Latina ingressa no mercado mundial pela colonização, fundada pela monocultura de exportação, pelo latifúndio e pelo uso da força de trabalho escravizada indígena e negra. Com a divisão internacional do trabalho, comandada pela Inglaterra no século XIX, ocorre uma alteração na inserção da América Latina nos circuitos mundiais de acumulação de capitais, passado do modelo colonial ao capitalismo dependente.

sobre elementos escravistas, e que conjugava o liberalismo econômico com um conservadorismo sociocultural e político.

O Estado no Brasil se originou “[...] sob o signo de forte ambiguidade entre um liberalismo formal como fundamento e patrimonialismo como prática no sentido da garantia dos privilégios das classes dominantes” (Behring; Boschetti, 2011, p. 75). Desta maneira, o aparelho estatal assume um papel substancial desde a unificação dos interesses burgueses à imposição de tais interesses, dos seus valores e ideologias para o conjunto do corpo social (Iamamoto, 2008). É importante destacar que o Brasil foi Estado antes de ser nação, visto que os processos históricos e o desenvolvimento capitalistas se deram “pelo alto”. Ou seja, a nação brasileira não foi conformada a partir dos interesses do povo, mas a partir do Estado e das classes que ele representa (Coutinho, 2006). Nos termos de Iamamoto (2008, p. 132), “[...] o Estado é capturado historicamente pelo bloco do poder, por meio da violência ou de cooptação de interesses”.

As análises sobre a formação social brasileira nos evidenciam que o caráter autocrático do Estado é uma característica inerente à nossa história. Conforme nos sinaliza Ianni (2004):

Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até o presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo os interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas. O que se revela, ao longo da história, é o desenvolvimento de uma espécie de contra-revolução permanente (Ianni, 2004, p. 212).

Durante o período republicano no Brasil, o Estado ganhou aparência oligárquica, corporativa, populista, militar, o que resultou em poder estatal exercido de forma autoritária ou ditatorial, quando não fascista (Ianni, 2004). Ademais, a república velha foi marcada por relações sociais caracterizadas pelo constante uso, ilegal e ilícito, da repressão como maneira de “[...] estancar os protestos dos espoliados, tirar de circulação a força de trabalho desnecessária e restaurar a ordem social nos moldes requeridos pelos interesses da classe dominante” (Barboza; Andrade, 2020, p. 301). O medo ancestral da população que tomava de assalto as classes dominantes se reconfiguraram desde o período da escravidão.

Este “medo ancestral” tanto mais se metamorfoseava e se potencializava quanto mais a transição do trabalho escravo para o trabalho livre fez aumentar a concentração no espaço urbano de segmentos de classe privados de meios de existência. Foi esta a forma através da qual se confirmou, no Brasil, a transmutação do recurso ideológico que se fez fortemente presente na Europa do século XIX, de justificação do

domínio de “civilizados” sobre “primitivos”, de brancos sobre não-brancos entre metrópoles e colônias como subsídio para a justificação do domínio de ricos sobre pobres (Barboza; Andrade, 2020, p. 301-302).

Na avaliação de Netto (2005), a partir de 1930, o Estado passa a dispor de características muito particulares, haja vista que a sua atuação é marcada pela desestruturação das agências da sociedade que manifestam os interesses da população. No Brasil, o Estado não “se descola de uma sociedade civil “gelatinosa”, amorfa, submetendo-a a uma opressão contínua”. Em contrapartida, temos “um Estado que historicamente serviu de eficiente instrumento contra a emersão, na sociedade civil, de agências portadoras de vontades coletivas e projetos sociais alternativos” (Netto, 2005, p. 19).

A revolução de 1930 deu início a um movimento político-militar, do qual segundo Antunes (2011, p. 25) “[...] foi mais que um golpe e menos que uma revolução”, sendo responsável pelo desenvolvimento de um projeto industrial, ancorado em um Estado forte, uma política nacionalista, voltada para a cooptação da classe trabalhadora e subordinação dos seus interesses ao Capital e ao Estado.

O movimento armado de outubro de 1930, que depôs o presidente constitucional Washington Luís, levou Getúlio Vargas ao poder, como chefe do Governo Provisório de 1930 a 1934, quando então foi eleito constitucionalmente pelo Congresso como presidente. [...] O Estado Novo instalou-se em 1937, justificando-se pela necessidade de superação da trágica experiência liberal da Primeira República – de toda falta de autoridade, do esgotamento das fórmulas de conciliação política, da ameaça da anarquia [...] e de total descontentamento popular, materializado na chamada “questão social” (Mestriner, 2012, p. 39).

A revolução de 1930 emerge em uma conjuntura associada às necessidades de constituição de um sistema institucional que fosse adequado às exigências e aos interesses da civilização urbano-industrial em ascensão (Ianni,1971). Conjuntura esta que ocorre articulada aos modos específicos de relações entre os sistemas econômicos externos. Assim, a história da industrialização no Brasil representa também uma história sobre as relações com os países hegemônicos. De acordo com Ianni (1971, p. 24), mais uma vez “[...] a história brasileira funde-se na história do capitalismo. E em boa parte, aquela é função desta”.

De acordo com Ianni (1984, p.18) a revolução de 1930 representa uma “[...] importante transição na história da sociedade brasileira”. Neste período ocorre a queda da monopolização do poder pela “velha oligarquia” que dominava a Primeira República, considerada como um empecilho ao desenvolvimento econômico do país devido à forte

influência que exercia na forma de governar e pela política econômica implantada. Ascendem em seu lugar os proprietários rurais ligados ao mercado interno, com maior interesse em um projeto de industrialização nacional.

Fernandes (1987, p. 209) afirma que este momento propiciou à oligarquia a oportunidade de uma restauração de sua influência no âmbito econômico, social e político. Assim, essa “crise” “[...] tornou os interesses especificamente oligárquicos menos visíveis e mais flexíveis, favorecendo um rápido deslocamento do poder decisivo da oligarquia tradicional para a ‘oligarquia moderna’”.

A “época da crise da oligarquia”, como define Fernandes (1987) propicia uma recomposição das estruturas econômicas, sociais e políticas herdadas do passado, pela qual os estratos sociais de origem oligárquica, antiga ou recente, foram reabsorvidos pela organização da sociedade de classes em constituição e expansão, ocorrendo uma integração em escala nacional de seus interesses.

Santos (2010, p. 137) ratifica “[...] que a intervenção do Estado possui em suas dimensões econômicas e extraeconômicas uma unidade onde a primazia ontológica radica nas funções econômicas que é levado a assumir”. Consequentemente, os interesses burgueses nunca se estabeleceram como “expressão dos ‘interesses universais’”. Dessa maneira, o espaço público sempre se constituiu como âmbito privatizado pelos setores que compõem a burguesia brasileira. É a partir dessa supremacia das classes dominantes que o Estado serve como alicerce para a falsa construção das estruturas capitalistas, no que se refere à produção (Santos, 2010, p. 137).

O Estado é quem aparece, porém, como substituto da “máquina de crescimento privado nacional”, passando a operar crescentemente nos setores pesados da indústria de bens de produção e nas operações de financiamento interno e externo da indústria. Ao mesmo tempo aparece, contraditoriamente, como promotor dos investimentos estrangeiro e privado nacional, suprindo-os de economias externas baratas; fornecendo-lhes subsídios aparentemente indiscriminados, mas na realidade diferenciados; dando-lhes garantias e até permissividade no endividamento (interno e externo) (Tavares, 1998, p.147-148).

A “questão social” - que se forma a partir do processo de industrialização e do surgimento do operariado e suas reivindicações, classificadas até então como ilegítimas - era tratada pelos aparelhos repressivos do Estado, ou seja, como caso de polícia. Vargas, buscando superar a experiência liberal da Primeira República, e na necessidade de controle da classe trabalhadora, irá inovar e reconhecer o enfrentamento da “questão social”, com vias a uma solução mais sofisticada visando à dominação da classe trabalhadora e

encobrendo o autoritarismo presente. A retórica centrará na promoção do bem-estar nacional e integração social, visando mascarar o conflito de classes.

Contudo, não há uma modificação estrutural. Na área social o governo utilizará o setor privado através das organizações sociais já existentes, incentivando a sociedade civil para sua ampliação, demonstrando a persistência do componente liberal, apesar de criticá-lo, no qual a assistência social será delegada ao âmbito privado. Observa-se também neste período, segundo Mestriner (2008), a articulação do Estado à Doutrina Social da Igreja Católica, pelo princípio da subsidiariedade, do qual incentivará a regulação das relações do Estado, com os indivíduos, grupos e a comunidade. O Estado por esse princípio deveria ajudar os membros do corpo social, sem, contudo, impedi-los de solucionarem por si mesmo seus dilemas.

O povo, neste sentido, é desapropriado de sua classe, de conflitos e contradições, o que descaracteriza sua cidadania. O Estado, neste período, elimina a necessidade de intermediários entre a população e o governo. As corporações transformadas em órgãos públicos sob a tutela estatal seriam consideradas como uma representação da vontade popular e teriam competência para auxiliar na organização da vida nacional. Eliminam-se os conflitos, através de uma suposta unidade da vontade popular, garantida pelo líder do governo, personificada na autoridade do presidente, que assume uma postura paternalista, um “pai dos pobres”. Ao reconhecer a “questão social”, o governo Vargas, intervirá no domínio das relações entre capital e trabalho.

Diante de uma realidade social muito problemática, incômoda, às vezes explosiva, uma parte do pensamento social prefere “naturalizá-la”, considerá-la como “fatalidade” ou apenas herança arcaica pretérita. Dentre as explicações que “naturalizam” a questão social, vale a pena destacar duas. [...] Uma tende a transformar as manifestações da questão social em problemas de assistência social. O sistema nacional de previdência e o serviço nacional de assistência social são as expressões mais evidentes dessa forma de “explicar” e “resolver” a questão social. Outras explicações tendem a transformar as manifestações da questão social em problemas de violência, caos. Daí a resposta óbvia: segurança e repressão. Essas explicações, no entanto, não andam sempre separadas. Podem combinar-se. Muitas vezes o assistencialismo, a previdência, as medidas de segurança e a repressão operam em conjunto. Os mesmos interesses dominantes acionam diferentes técnicas sociais, em distintas situações, ou no mesmo lugar (Ianni, 1996, p. 100).

Em 1937, após o Golpe do Estado Novo, o Getulismo assume aspecto ditatorial, bem como reforça algumas tendências que já demonstrava desde 1930, sendo estas, segundo Ianni (1984):

[...] arranjo de classes urbanas com a burguesia agrária, principalmente do setor cafeeiro; industrialização; participação do Estado em assuntos econômicos, tanto para proteger as atividades econômicas pré-existentes como para favorecer novas: sindicalismo atrelado ao aparelho estatal; formalização jurídico-política das relações de produção, segundo exigências do capitalismo industrial, conforme a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); fortalecimento do Estado, em face das exigências do capital e do controle da classe assalariada, tanto operários como empregados e funcionários (Ianni, 1984, p. 18).

A legislação trabalhista, foi essencial para a viabilização do projeto de industrialização no país. Segundo Antunes (2011), ao atender às reivindicações da classe trabalhadora por melhores condições de trabalho – redução da jornada de trabalho, férias, descanso semanal remunerado, entre outras reivindicações –, Vargas apresentou a Constituição das Leis Trabalhistas (CLT) enquanto uma dádiva, uma benesse e não como fruto das lutas das classes trabalhadoras. A lei de enquadramento sindical permitia o Estado controlar a criação de novos sindicatos. Consolidando-se uma forma de estatismo, sobre os operários, combinado a “dádiva, manipulação e repressão” (Antunes, 2011, p.26).

A ditadura do Estado Novo (1937-1945), a partir de seu caráter repressivo e mistificado por uma ideologia fascista consolidou transformações políticas e econômicas em todo território nacional. Esse período se configura como uma reação aos movimentos populares, reais ou potenciais. As classes dominantes reagiram e buscaram “restaurações” e, em última instância, consideraram uma parcela das exigências colocadas pelo conjunto da classe trabalhadora. A tutela do regime por parte do governo prosseguiu assistida de seus intelectuais, que o classificavam como “um novo tipo de democracia”, condizente com as necessidades da sociedade: “[...] uma democracia sem povo, sem eleições e eleitores, pela via autoritária-elitista a partir do Estado centralizado, cuja ‘mão de ferro’ saberia guiar os passos da nacionalidade para o engrandecimento do Brasil” (Barboza; Andrade, 2020, p. 303). Ademais, vale ressaltar que esse momento histórico é caracterizado pela neutralização violenta dos “subversivos” como meio estratégico para desmobilizar e despolitizar os movimentos políticos do povo, a fim de resguardar a ideia de harmonia e integração entre as frações das classes sociais. Todavia, a questão social passa a ser reconhecida no âmago do Estado através de supostas soluções e benesses de uma elite governante, que reconhecia as necessidades dos trabalhadores sem necessidade de conflitos (Barboza; Andrade, 2020).

Em 1945, Vargas é deposto do governo por um golpe de Estado, encerrando o primeiro ciclo do Getulismo. Nas décadas seguintes o esforço por um novo tipo de acumulação capitalista continuará e o Estado permanecerá como seu principal agente. A construção de vias e o aprimoramento nos meios de comunicação e transporte estarão em

voga na década de 1950, principalmente no Governo Kubistchek.<sup>5</sup> Neste momento, o avanço da industrialização no Brasil, afirma Oliveira (2003), é indissociável do auxílio do capital estrangeiro, tendo o Estado como o principal financiador de obras em infraestruturas,

[...] [imposição de] confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre grupos das classes capitalistas, [rebaixamento] no custo de capital na forma de subsídio cambial para as importações de equipamentos para as empresas industriais e [...] expansão do crédito a taxas de juros negativas reais, investindo na produção [...], O Estado opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema (Oliveira, 2003, p. 41).

Durante o período entre 1946 e 1964, a democracia realizar-se-á sob as bases de um cenário considerado pela historiografia brasileira como o auge do populismo como poder ideológico do Estado, garantindo a transição da hegemonia da burguesia cafeeira para a burguesia industrial (Barboza, Andrade, 2020, p. 304). O período pré-1964 foi marcado por intensa mobilização popular, sindical e camponesa. Ampliavam-se neste período as pressões pelas “reformas de base” (reforma agrária, urbana, universitária etc.).

A partir do Golpe de Estado contra Getúlio Vargas e o Estado Novo [...], o processo político brasileiro abrange amplamente os operários, os setores médios da sociedade e grupos de trabalhadores agrícolas. Isso significa que entram em jogo as aspirações de bem-estar social de um proletariado cada vez mais numeroso, ao lado de uma classe média numericamente crescente. Além disso, colocam-se de modo jamais conhecido antes as reivindicações dos trabalhadores agrícolas, em várias regiões do país. É ainda neste período que se multiplicam os grupos políticos de esquerda; e a juventude universitária impõe-se ainda mais, como força política ativa e organizada (Ianni, 1971, p. 17).

Porém, os setores burgueses, “[...] descontentes com o avanço da luta popular, [...] com o claro apoio norte-americano, em abril de 1964, desencadearam um golpe militar que marcou a longa noite da ditadura, prolongada até 1985” (Antunes, 2011, p. 84). O golpe militar de 1964 no Brasil encerrou o ciclo nacionalista do getulismo e potencializou a repressão às lutas populares, iniciando um longo período contrarrevolucionário no país. Desenvolve-se, nesse momento, um “[...] projeto capitalista dependente e subordinado,

---

<sup>5</sup> Fato que fará com que o governo acumule mais dívidas que credores, como apontado por Oliveira (2003), pois o plano Estatal de construir 50 anos em 5 – ou seja, o plano de aceleração do crescimento – estava em descompasso com a dinâmica internacional. Mesmo assim, foi a época em que mais houve investimento em industrialização pesada, com a finalidade de tornar “[...] definitiva [a] conversão do setor industrial [...] em unidades-chave do sistema, [através] da implantação dos ramos automobilístico, construção naval, mecânica pesada, cimento, papel e celulose, ao lado da triplicação da capacidade da siderurgia [...]” (OLIVEIRA, 2003, p.72).

controlado por um Estado autocrático burguês fortemente repressivo e ditatorial [...]” (Antunes, 2011, p. 32).

No período da ditadura se desenvolve um projeto capitalista cujo padrão de acumulação industrial centra-se na produção de bens de consumo duráveis, para um mercado interno restrito e seletivo, composto pelas classes dominantes e parcelas das classes médias. E desenvolve-se uma produção voltada para a exportação, de produtos primários e de produtos industrializados de consumo (Antunes, 2011). Com isso, ocorre o rebaixamento dos salários dos trabalhadores, o que

[...] possibilitou níveis de acumulação que atraíram o capital monopolista. Desse modo, a expansão capitalista industrial no Brasil intensificou sua tendência – presente aliás em toda América Latina – de estruturar-se com base em um processo de superexploração do trabalho, articulando salários degradados, jornadas de trabalho extenuante e extrema intensidade nos ritmos e tempo de trabalho, dentro de um padrão industrial significativo para um país subordinado (Antunes, 2011, p. 32).

Segundo Antunes (2011), o Golpe Militar no Brasil não acontece desarticulado do cenário latino-americano:

[...] o ciclo de golpes militares na América Latina foi a solução encontrada pelas forças do capital para desestruturar os avanços sociais e políticos da classe trabalhadora. O aniquilamento do movimento operário, dos sindicatos e das esquerdas facilitou a inserção do continente latino-americano no processo de internacionalização do capital. A abertura do parque produtivo aos capitais externos, com destaque para o norte-americano, foi elemento central na deflagração do ciclo dos golpes militares (Antunes, 2011, p. 31-32).

O Estado neste período se impõe às classes operárias, “[...] como um vasto bloco de poder articulado segundo as exigências da grande burguesia financeira e monopolista (estrangeira e nacional)” (Ianni, 1984 p. 19). O Estado organiza-se segundo a doutrina da “segurança e desenvolvimento”. As políticas adotadas na Ditadura Militar ocorriam no sentido de favorecimento da grande burguesia, o que potencializava, ao mesmo tempo, as contradições de classe e os problemas estruturais do país.

A ditadura brasileira começou buscando legitimação na sociedade, mas tal intuito se veria frustrado tanto pela natureza antidemocrática e antipopular de seu projeto de poder e de sua política econômica quanto pela ação diuturna da resistência. Foi por isso que, ao final dos anos 1960 (notadamente a partir de 1968), o regime mudou seu *modus operandi*. É

neste momento que a ditadura realiza um verdadeiro ajuste estrutural no Estado Brasileiro, fundindo o aparato dos monopólios e o aparato estatal (Barboza, Andrade, 2020, p. 306).

A ditadura se utilizou de toda parafernália burocrática e tecnocrática dos governos que a antecederam, rearticulando-as de acordo com as necessidades econômicas e políticas que assumiam uma nova configuração. Nesse prisma, o alicerce desse aparelho repressivo foi a “[...] superexploração do proletariado e do campesinato, em benefício do capital monopolista, sob o comando do imperialismo” (Ianni, 2019, p. 242). Em contrapartida, a política adotada visava criar laços com as classes subalternas para implementar a mistificada concepção de uma pátria maior. Todavia, a disparidade entre o que era colocado pelo governo e a realidade vivida pela sociedade civil com o recrudescimento da questão social - principalmente no que diz respeito às péssimas condições de trabalho e existência - dificultaram a conformação de tais laços. Desta maneira, a ditadura foi levada a criar condições jurídicas, políticas e econômicas sobre as quais as taxas de mais-valia potenciais se tornassem extraordinárias (Ianni, 2019).

A violência estatal não se limitou a coerção física, estava presente, também, nas organizações públicas e privadas (Ianni, 2019). Os governantes usaram o artifício ideológico baseado na doutrina de “segurança e desenvolvimento”, sob a alegação de uma sociedade “amorfa”, “incompetente”, “potencialmente perigosa”, “sujeita à subversão e corrupção” para alegar a necessidade de um Estado forte, abrangente, ativo, repressivo. Deste modo, essa faceta do Estado interventivo, na medida em que aumentava a repressão, fazia crescer de forma proporcional a desapropriação dos trabalhadores, haja vista que o Estado estava a serviço da grande burguesia financeira e monopolista visando alavancar o processo de acumulação capitalista (Ianni, 2019).

A transição entre o final da década de 1980 e o início da década seguinte se formata num amplo processo regressivo pautado nos postulados do receituário neoliberal. Se as lutas sociais empenhadas na necessidade de profundas transformações no direcionamento político-econômico do país conseguiram alcançar algumas conquistas na Carta Constitucional de 1988, estas foram violentamente atacadas pelas forças da sociedade alinhadas às diretrizes das agências multilaterais encarregadas de tomar as decisões estratégicas do capital.

Passa-se a exercer uma pressão para a redefinição das funções do Estado, abolindo o seu controle sobre o movimento do capital e as condições de utilização da força de trabalho, além da retirada das suas obrigações de proteção e garantia das políticas sociais públicas para que as suas atividades no campo econômico e social pudessem ser entregues

aos negócios privados. A guinada rumo a esse conjunto de (contra) reformas neoliberais - centradas fundamentalmente nas políticas de ajustes, privatização, desregulamentação e flexibilização das leis trabalhistas – inicia-se a partir de 1990, com as gestões de Fernando Collor de Mello e Itamar Franco.

Collor implementa um plano de estabilização da economia por meio da adoção de políticas deflacionárias e uma série de medidas extremas (como, por exemplo, o congelamento de preços e salários, o bloqueio de poupanças, a demissão de servidores públicos e a introdução de uma nova moeda), acompanhadas de uma política monetária restrita e do fortalecimento da abertura comercial, com a adoção de medidas de liberação do câmbio e outras ações direcionadas à abertura da economia brasileira ao capital internacional. Fracassado em suas políticas de estabilização e envolvido em escândalos de corrupção, Collor sofre um impeachment no final de 1992, e seu vice “tapa buraco” Itamar Franco dá sequência ao programa de reformas liberalizantes e privatizantes, alcançando momentaneamente a estabilização econômica através do “Plano Real” (Barboza; Andrade, 2020)

A consolidação das políticas neoliberais se intensifica, em forma e substância, nas duas gestões de Fernando Henrique Cardoso (FHC) na chefia do executivo federal (1995–2002). FHC incrementou a efetivação das medidas de ajuste fiscal e monetário, potencializou a abertura da economia e realizou uma intensa reestruturação do aparelho de Estado, conforme diretrizes estabelecidas pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (PDRE)<sup>6</sup>. O discurso se centrava na acusação do caráter “atrasado” e “perdulário” da constituição de 1988 e na necessidade de ultrapassar a herança tradicional, burocrática e centralizada da administração pública, considerando o esgotamento da “estratégia estatizante” (Barboza; Andrade, 2020).

Com a crescente radicalização da questão social e a refração do Estado no enfrentamento da mesma, as já precárias condições sociais da grande maioria da população se agravaram de forma crescente com as irreparáveis perdas sofridas pelas políticas sociais universais. A ascensão de um violento processo de criminalização em direção às classes subalternas, reciclando a noção de “classes perigosas” sujeitas à repressão e extinção, se tornou um aspecto orgânico da política de controle social para que o capital pudesse garantir sua reprodução e ampliação. Articulam-se diversos planos da estratégia de dominação, que vão desde a criminalização da pobreza e a judicialização do protesto social até a repressão política aberta e a militarização dos territórios – modalidades estas que

---

<sup>6</sup> A esse respeito, cf. MARE (1995).

adquirem maior ou menor relevância de acordo com o momento histórico concreto (Korol, 2008).

Conforme explicitado em um documento da Via Campesina, esta criminalização objetivou criar, perante a sociedade, condições legais (e, se possível, legítimas) para: impedir que a classe trabalhadora alcançasse conquistas econômicas e políticas; restringir, ou diminuir o acesso destas classes às políticas públicas; construir um processo de isolamento e desmoralização dos movimentos sociais e criar condições legais para a repressão física aos movimentos sociais (Via Campesina Brasil, 2010, p. 6). Assumindo novos vieses, tal estratégia se formata como um fenômeno multifacetário onde se entrelaçam, em todas as dimensões, aspectos jurídicos, econômicos, culturais, sociais e militares; isto é, uma ação conjunta dos setores do aparato estatal repressivo, do poder Legislativo e do Judiciário, da mídia e do sistema educacional (Buhl; Korol, 2008).

A incapacidade das políticas neoliberais postas em prática aprofundou a crise social existente, sem conseguir nem retomar o desenvolvimento nem conquistar estabilidade política, gerando ampliação da desigualdade econômico-social e instabilidade institucional. Na entrada do século XXI, o Brasil (assim como os demais países da América Latina) atravessou a sua pior crise desde os anos 1930, marcada pela fragilidade de suas economias, pela debilidade de seus Estados e uma grande diminuição do seu peso econômico e político no mundo. Os impactos sociais, políticos e econômicos desta crise enfraqueceram a legitimidade política e ideológica usufruída pelo neoliberalismo na última década do século anterior. Enquanto que, nos seus anos de apogeu, todos os governos na América Latina que se dispunham a assumir os preceitos neoliberais conseguiam se eleger e se reeleger; com o seu “esgotamento”, aqueles que assumiam e mantinham este modelo ou perderam rapidamente a sua legitimidade ou se esgotaram, o que aconteceu no caso de Fernando Henrique Cardoso no Brasil.

Paralelamente a este processo, a esquerda, que antes apresentava um quadro de derrota no cenário latino-americano, tanto pela impotência quanto pela mudança ideológica ao neoliberalismo - e que tinha como forças sobreviventes o PRD no México, o PT no Brasil e a Frente Ampla no Uruguai - passaram a ganhar força com o surgimento de novas formas de resistência. Os triunfos eleitorais de blocos forças que nasceram e se desenvolveram no confronto ao neoliberalismo mostraram o crescente descontentamento social frente a este modelo, abrindo a possibilidade de uma nova tentativa de solução da

esquerda (após o fracasso de 1973) para a crise hegemônica na região.<sup>7</sup> Porém, entre o fracasso de um modelo e sua efetiva substituição por outro pode existir um espaço de tempo muito grande e demorado, onde se exige um estado de consciência que ainda não foi verificado na maioria das sociedades capitalistas, e que requer a existência de uma proposta política que seja socialmente percebida como uma alternativa ao *status quo*.

O grave problema que caracteriza a nossa época é que, enquanto o neoliberalismo exibe evidentes sintomas de esgotamento, o modelo de substituição ainda não aparece no horizonte das sociedades contemporâneas. Em sua época, Antônio Gramsci referiu-se a situações análogas, e os perigos que elas encerram, quando chamou a atenção para “o velho que não termina de morrer e o novo que não acaba de nascer”. Neste lúgubre interlúdio, advertia Gramsci, pode ocorrer toda uma espécie de fenômenos aberrantes e as patologias sociais e políticas podem alcançar dimensões insuspeitadas. Uma simples olhada nos temas de nosso tempo confirma a validade deste prognóstico: explosão de fundamentalismos, vigoroso ressurgimento do racismo [...], ampliação da “narcopolítica” e da corrupção, [...] “golpes de mercado” e auge da especulação financeira em escala planetária (Boron, 1999, p. 58-59).

Esta debilidade da esquerda e das forças de resistências latino-americanas para enfrentar a tarefa de construção de um período pós-neoliberal, não conseguindo preencher o vazio entre o esgotamento do modelo hegemônico vigente e a capacidade de construção de alternativas ao mesmo, evidenciou-se como um desafio nos países da América Latina, mais explicitamente no caso do Brasil. Neste cenário, pressionados pelo recrudescimento das lutas sociais antissistêmicas derivadas da crise das políticas neoliberais de primeira geração, os setores dominantes abertos à revisão do Consenso de Washington conseguiram atrair para o seu bloco de poder importantes setores de seus antagonistas, conformando um processo transformista que contribuirá para formatar a chegada do Partido dos Trabalhadores à presidência da República em 2003.

O que foi apresentado como alternativa ao neoliberalismo se converteu em um eficiente instrumento de renovação da ordem neoliberal no Brasil, reduzindo, na prática, a disputa política nacional às disputas eleitorais entre social-liberalismo e neoliberalismo ortodoxo. Foi assim de 2002 a 2014, período em que o PT derrotou o PSDB em todas as eleições presidenciais (com as eleições e reeleições de Lula da Silva e Dilma Rousseff). Abre-se uma era de conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista. Através da mediação do mercado e do crescimento econômico induzido pelo Estado, o governo atendeu algumas das

---

<sup>7</sup> O caso de Lula no Brasil pode ser considerado não somente como resultado dessa força, mas também como produto de uma política de alianças construída durante a sua candidatura.

reivindicações das classes subalternas, ao mesmo tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes, realizando o desenvolvimento possível dentro dos marcos neoliberais (Barboza; Andrade, 2020).

A adaptação, dos governos Lula e Dilma, à tática eleitoral “a qualquer custo”, a opção por grandes (e díspares) coalizões e coligações (que englobam de setores da esquerda à direita), além das aproximações com as propostas neoliberais anteriormente implementadas, contribuiu, por um lado, para a dissimulação dos conflitos de classe e, por outro, para a manutenção da estratégia de criminalização das lutas sociais, dos movimentos sociais e suas lideranças, abrindo portas para uma retomada das velhas práticas dos setores mais conservadores no país no tocante à neutralização das reivindicações dos diferentes extratos da classe trabalhadora. Com pequenas diferenças, os governos de Lula da Silva e Dilma Rousseff não alteraram significativamente os propósitos do governo FHC no tocante aos programas preocupados com a garantia da “Lei e da Ordem” (Barboza; Andrade, 2020).

Apesar dos governos Lula/Dilma terem alcançado algumas melhorias no âmbito social (através de estratégias – não isentas de controvérsias – de adoção de políticas sociais de distribuição de renda e de ampliação do mercado formal de trabalho e de crédito), estas não foram acompanhadas de alterações estruturais nos pilares que alicerçavam as políticas macroeconômicas no Brasil desde a década de 1990 (vinculação das taxas de juros Selic às metas de inflação, manutenção do superávit primário e relativa valorização do câmbio). Juntam-se, a esses elementos, algumas determinações conjunturais que moldaram o cenário para o declínio da hegemonia petista no poder do Estado, como a intensificação da recessão global derivada da persistência da crise econômica internacional pós-2008.

Além disso, internamente vivencia-se um aumento da turbulência social entre os anos de 2013 e 2016, com a explosão de grandes manifestações de rua que trouxeram uma diversidade de temas e problemas, cujas contradições se expressaram numa multifacetada aparição de elementos de bom senso contra a ordem ao lado de reapresentações de conteúdos conservadores e mesmo preocupantes do senso comum (como o nacionalismo exacerbado, o antipartidarismo, a retomada da extrema direita). Ineficiente na construção do crescimento econômico e incapaz de rearticular sua base de apoio político e eleitoral, o PT passa a ser identificado como um governo gastador, estelionatário eleitoral e defensor estatal, sofrendo duros ataques aos pilares de sustentação política que ainda restavam ao seu governo, além da desestruturação de parte importante da economia, através de ações articuladas entre setores da Polícia Federal, do Ministério Público Federal e do Judiciário -

que ganharam corpo institucional através da cunhada “Operação Lava Jato”. Esse conjunto de eventos intensifica a fragilização do governo até desaguar numa crise política que ocasionou no impeachment da presidenta Dilma, sob a alegação de crime de responsabilidade, por sinal, inexistente (Barboza; Andrade, 2020).

Nessa linha de exemplificação de elementos que marcaram esse teor autocrático do Estado no Brasil, é imprescindível considerarmos alguns aspectos do golpe institucional–jurídico–parlamentar–midiático que marcara a história contemporânea do país. Na apreciação de Mascaro (2018), o golpe de 2016 viabiliza a instauração de melhores condições para acumulação ao capital internacional, assim como reorganiza as frações do capital nacional ao redor do mercado financeiro. Ademais, o referido golpe rearticula a relação entre as frações da burguesia nacional e as classes trabalhadoras. Isso significa que as estratégias de maior acúmulo de capitais perpassam pela extração de maiores taxas de mais-valia e, conseqüentemente, pelo sucateamento das condições de trabalhos, pela despolitização dos movimentos políticos dos trabalhadores e pela mercantilização de todas as ramificações da vida. “Assim, o golpe de 2016 é tanto um rearranjo no seio da concorrência entre as frações do capital internas e internacionais quanto, ainda, um golpe de classe burguês contra as classes trabalhadoras” (Mascaro, 2018, p. 101).

Após o golpe, abre-se um curto, porém intenso, período de restauração da aplicação radical da plataforma neoliberal ortodoxa, com a elevação de Michel Temer (PMDB) à cadeira presidencial, o qual conseguiu aprovar uma série de medidas de caráter antipopular, ancorado no expressivo apoio político que obteve a partir da construção de uma forte base parlamentar. Os duros ataques aos orçamentos das políticas públicas, às entidades sindicais e a potencialização da precarização dos empregos gerou a resistência e a reação dos movimentos sociais e partidos de esquerda, o que resultou em grandes mobilizações de massa e no chamamento de duas greves gerais. Mediante o crescimento das reivindicações populares, Michel Temer reage elevando o patamar do caráter coercitivo do Estado, reprimindo violentamente as manifestações e mobilizando os militares para o controle do conflito político e para a garantia da segurança pública (Barboza; Andrade, 2020).

A execução das contrarreformas institucionais não conseguiu cumprir com os objetivos de crescimento, e, mais ainda, os níveis trágicos que afetavam os indicadores sociais fermentaram uma forte crise econômica, política e institucional que gerou um cenário de altos níveis de desemprego, insegurança e instabilidade política. A desmoralização política e crise de representatividade que, à princípio, tinham como

principais alvos os partidos de esquerda ou ditos progressistas, acabaram extrapolando para outros partidos tradicionais com significativa participação na vida política nacional, como o PMDB (agora MDB), o PSDB e o DEM.<sup>8</sup> Abrem-se as portas para a emergência e o reforço, sob novas roupagens, dos traços mais regressistas da nossa herança histórica. Num terreno onde o processo político foi pautado pela necessidade de restabelecimento das taxas de lucratividade através da combinação entre ortodoxia liberal e reforço das intervenções antidemocráticas e antipopulares, ganha força a crítica “antissistêmica” a partir do viés antipolítico, anticomunista e conservador-cristão, culminando na ascensão e eleição da candidatura de extrema-direita do militar reformado Jair Bolsonaro.

Assentada no mantra do combate à corrupção e à ineficiência do Estado combinado com a defesa da ditadura militar e o ataque odioso ao PT e todos os setores da esquerda; impulsionando, sob a vestimenta do fundamentalismo religioso cristão, uma pauta sócio-cultural-educacional moralista, com a disseminação de práticas punitivistas, de ataques aos direitos humanos, de discursos racistas, machistas, misóginos e lgbtfóbicos; e se valendo de uma forte manipulação da informação e de um culto ao negacionismo histórico e ao desprezo a qualquer pensamento científico e progressista, a extrema-direita tomou o Planalto para aplicar o programa ultraliberal com Bolsonaro e Paulo Guedes, e elevar a um novo patamar a escalada autocrática aprofundada após o golpe de 2016 e o processo de criminalização dos movimentos sociais e populares (Barboza; Andrade, 2020, p. 322).

Através de um aparelhamento do conjunto do Estado, molda-se um aprofundamento da reconfiguração do formato constitucional e institucional do Executivo, através de Emendas Constitucionais, Medidas Provisórias, Decretos, leis e outros subterfúgios administrativos, além do reforço da violência política como forma de resolução dos problemas nacionais, onde, segundo Fontes (2019, n/p), “[...] os órgãos de controle, de informação, de repressão e de violência estatal passam a ser submetidos à retomada das práticas de mando ditatoriais”.

A partir destas determinações, pode-se afirmar que este período de reordenamento do Estado Brasileiro, consubstanciado pelo fenômeno do bolsonarismo, expressa a manifestação de um projeto de extrema direita no Brasil que aponta para claros traços de um processo de fascistização.<sup>9</sup> Por um lado, o radicalismo liberal elimina progressivamente os controles políticos sobre a movimentação do capital, destrói as políticas e programas sociais voltados para as demandas populares, retira direitos trabalhistas e aniquila as já

---

<sup>8</sup> O DEM (Democratas) era a nova denominação dada, em 2007, ao tradicional Partido da Frente Liberal (PFL), fundado em 1985. Posteriormente, em 2021, o DEM se fundiu com o PSL e formou o União Brasil (UNIÃO).

<sup>9</sup> Sobre o processo de fascistização que se intensificou no cenário brasileiro a partir de do golpe de 2016, ver BARBOZA (2021, 2022a, 2022b) e BARBOZA e FERREIRA (2023).

parcas restrições à depredação do meio ambiente; por outro, os traços fascistas se revelam no reforço da tutela militar sobre o governo, na eliminação do espaço político das organizações vinculadas ao mundo do trabalho e na perspectiva repressiva baseada no reforço material, institucional e ideológico da violência policial como principal mecanismo de controle dos conflitos político e social (Maciel, 2019, n/p).

Conforme sinalizado por Behring (2021, p. 200), configurou-se um período histórico permeado por retrocessos éticos, morais, políticos, sociais e econômicos, cujo o governo Bolsonaro se alicerçou a partir da legitimidade de um projeto pautado no individualismo, “na deslaicização do Estado e em um menu amplo de desvalores”. Sob essa perspectiva, o bolsonarismo, por meio da estética antimoderna e antiuniversal, demonstrou o seu incansável esforço para a manutenção dos privilégios da burguesia internacional e da burguesia brasileira a ela associada. Outrossim,

[...] sua condescendência com os novos esquadrões da morte, as milícias, o incentivo à violência policial como afirmação corporativa e o anticomunismo tomado como patriotismo é transformado em uma estética de antissistema, [...]. Este sentido de crítica antissistema, porém reacionário, é que estabelece pontes do neofascismo com os trabalhadores empobrecidos, no Brasil e no mundo (Branco, 2021, n/p).

Seguindo a linha evidenciada por Boito Jr. (2019), o Estado fascista não se limita às classes ou extrato de classes que o compuseram no passado, pois é a forma do Estado que se configura como o cerne da questão. Considerando que uma única forma de Estado pode abranger distintos blocos dominantes, é teoricamente possível considerar a hipótese de que, diferente do que aconteceu nas experiências “clássicas” do fascismo em que o Estado serviu aos interesses de uma burguesia nacional, no Brasil o Estado fascista pode vir a servir ao capital internacional e, para tanto, aplicar uma política neoliberal e “neocolonial” (Boito Jr, 2019, n/p). Sob essa ótica, concordamos com a hipótese de que, durante os anos de governo Bolsonaro, se fez presente uma ideologia neofascista, um movimento neofascista e um governo no qual os neofascistas disputaram a hegemonia com um grupo militar preso a um autoritarismo mais propenso a outro tipo de ditadura; todavia, não foi alcançada a efetivação de um regime político fascista, pois o que se configurou no país foi “uma democracia burguesa deteriorada e em crise” (Boito Jr., 2019, n/p).

Mas acreditamos que este projeto momentaneamente inconcluso da extrema direita não necessariamente significa o encerramento do processo de fascistização que se potencializou na sociedade brasileira ao longo dos últimos anos, mesmo com a retomada vitoriosa de uma perspectiva política tida como progressista no cenário eleitoral (através da

ascensão de Lula da Silva novamente à presidência da República). A depender de quais setores serão fortalecidos no âmbito da atual correlação de forças do novo estágio de retomada do simulacro de democracia - e da lentidão (ou ausência) na radicalização dos elementos democráticos por parte do atual governo - este período de “democracia vulgar”<sup>10</sup> que se reabre em 2023 pode vir a se conformar como uma antessala para um posterior cenário autocrático de organização política que potencializará as perspectivas fascistas que ainda se mantém em fermentação; atendendo assim, de forma mais brutal, às necessidades de acumulação do capital.

## Considerações Finais

Boito Jr. (2007, p. 139) analisa que o método marxista de análise da cena política traz para o debate importantes contribuições. Espaço das lutas entre partidos e organizações políticas, a *cena política* nas sociedades capitalistas é concebida por Marx “como uma espécie de superestrutura da *luta de classes* e *fração de classe*, que formam aquilo que poderíamos denominar a base socioeconômica da cena política”. Suas características decorrem das características gerais do Estado capitalista e, assim, a aparência universalista desse Estado (fruto do direito igualitário e da burocracia profissional formalmente aberta para todas as classes) “[...] contamina todos os políticos burgueses e pequenos burgueses e todas as correntes de opinião”.

Desta forma, Boito Jr. (2007, p. 140) considera que a análise política marxista das sociedades capitalistas só inicia quando se evidencia “[...] os laços complexos que unem a cena política aos interesses econômicos e aos conflitos de classe”, tendo o cuidado de distinguir, na cena política das sociedades capitalistas, “[...] o mundo das aparências no qual cada contendor proclama seus nobres princípios e seus pretensos valores universais, do mundo profanos dos interesses econômicos e políticos no qual valores e interesses se trocam uns pelos outros”.

Sabemos que as formas coletivas de organização e representação vêm sendo erodidas através de um progressivo processo de esvaziamento e fragmentação de suas protoformas de luta e de seus referenciais políticos de classe. Essa nova hegemonia fragmenta os sujeitos coletivos, quer do ponto de vista material, reflexo da reestruturação produtiva do capital, quer do ponto de vista político-cultural, através de valores particulares e individuais que desorganizam as classes em relação a si mesmas e as articulam

---

<sup>10</sup> Sobre a construção do conceito de “democracia vulgar”, ver: BARBOZA (2014 e 2022b).

organicamente em relação ao ideário do capital. O "pertencimento" de classe cede lugar ao individualismo e ao "desencantamento utópico" (Simionatto, 1998).

Porém, mesmo analisando que a história das classes subalternas é fragmentada, atravessada facilmente pelas ideologias conservadoras, o pensamento gramsciano compreende que é a partir da práxis política que se pode passar dessa fragmentação à unicidade, do modo de pensar desagregado a uma forma de pensar crítica e coerente. Assim, mesmo assumindo novos e múltiplos papéis - diretamente ligados a sua ação no contexto da vida política e cultural, a luta de classes continua no cenário. "A ação das classes sociais vai passando por mediações cada vez mais complexas [...], as lutas deixam de ser imediatas e diretas e os conflitos se deslocam do campo das contradições nítidas e explícitas para o campo das manobras hábeis e sutis" (Konder, 1992, p. 134).

Desta forma, podemos considerar que esse fenômeno envolve a própria essência da atividade política, sendo uma manifestação da hegemonia neoliberal e todo o seu esforço teórico e prático de reduzir a atividade política ao que Gramsci (2002) chamava de "pequena política". Tomada ao avesso do sentido gramsciano, a sociedade civil é deslocada da esfera estatal e atravessada pela racionalidade do mercado, sendo, em última instância, a expressão dos interesses de instituições privadas. O que era coletivo dissolve-se no singular e as massas permanecem no plano inferior, tornando-se incapazes de dominar as situações que as oprimem, de romper com a licenciosidade que as torna passivamente agarradas à pragmaticidade e à imediaticidade cotidianas. As lutas das minorias (do acesso à terra, moradia, saúde, educação, emprego etc.) hipertrofiam-se em um turbilhão de demandas fragmentadas, facilmente despolitizadas e burocratizadas pelo próprio Estado; situando-se na esfera egoístico-passional, na esfera dos interesses corporativos e particulares, e configura o universo da "pequena política" como aquela que compreende "as questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida [...]" (Gramsci, 2002, p. 21).

Assim, torna-se urgente elevar a política - utilizando a terminologia de Gramsci - do nível "econômico-corporativo" ao nível "ético político"; fazer com que volte à agenda questões da "grande política", que cuida das estruturas, da transformação (e da conservação) da sociedade, ou seja, da política voltada explicitamente para a afirmação de valores e interesses universais (Gramsci, 2002b, p. 21). Coutinho (2006), ressalta que, neste sentido - e em oposição ao atual modelo - "[...] as classes subalternas e seus organismos associativos (partidos, sindicatos, movimentos sociais) têm apontado para um outro projeto de sociedade 'ocidental', [...] que poderíamos chamar de 'democracia de massas'",

caracterizado pelo empenho em combater a apatia, e o reforço da participação política organizada do conjunto da cidadania.<sup>11</sup>

Esse modo de estruturação política e social certamente reconhece o pluralismo de interesses, mas busca ao mesmo tempo construir uma vontade coletiva majoritária, capaz de articular esses múltiplos interesses por meio da gestação de um espaço público onde se combinem hegemonia e pluralismo. Com isso, torna-se possível, sem ignorar os interesses privados, fazer predominar, nas decisões políticas globais (particularmente as econômicas), o efetivo interesse público (Coutinho, 2006, p. 51).

Esse momento em que a esfera egoístico-passional, a esfera dos interesses corporativos e particulares, eleva-se ao ético-político, ao nível da consciência universal, expressa-se em Gramsci (2002b) através do conceito "amplo" de política, denominado por ele de "catarse", isto é, o momento da passagem de "classe em si" a "classe para si", em que as classes conseguem elaborar um projeto para toda a sociedade através de uma ação coletiva, cujo objetivo é criar um novo "bloco histórico".

Ao afirmar que são as relações sociais e suas contradições (as lutas de classes) que explicam o Estado, isto é, a forma política, Marx rechaça todas as concepções táticas e estratégicas de transição do capitalismo para o socialismo que possam vir a desaguar numa perda de autonomia da práxis revolucionária do movimento operário, afirmando que a sociedade socialista - produto da ação autônoma dos trabalhadores - será uma obra da revolução, na qual o Estado (no sentido de máquina burocrática de dominação de classe) será somente um meio, uma ferramenta dos trabalhadores no período de transição socialista à sua fase superior – o comunismo.

Neste quadro, a alternativa hegemônica ao domínio do capital implica a necessidade de uma transformação revolucionária irreversível, pois, dada a urgência do nosso tempo histórico, o desafio e o fardo que nos foi legado indica que apenas uma mais consistente e radical redefinição dos objetivos transformadores é capaz de apresentar alguma esperança de sucesso ante as restrições e contradições sistêmicas incorrigíveis do capital. Ou seja, somente a alternativa socialista pode apresentar uma maneira historicamente sustentável de escapar dessa situação de tão grave periculosidade, o que, no entanto, não exclui o fato de

---

<sup>11</sup> Segundo SIMIONATTO (1997), a relação dialética entre social e político, político e econômico, Estado e sociedade, público e privado, depende, em grande medida, da reafirmação desses organismos, de sua capacidade de fazer política, enraizando práticas sociais que possibilitem estabelecer novas contratualidades na dinâmica societária. A primazia do público sobre o privado e o fortalecimento de uma cultura pública aparecem, neste momento de crise, como referências fundamentais.

que a possibilidade dessa alternativa exige "um exame crítico do passado", bem como uma reavaliação "de algumas estratégias que, mesmo hoje, são ainda seguidas pelo movimento operário" (Mészáros, 2007, p. 377).

## Referências

ABREU, M. H. E. **Território, Política Social e Serviço Social: caminhos e armadilhas no contexto do social-liberalismo.** Campinas: Papel Social, 2016.

ACANDA, J. L. **Sociedade civil e hegemonia.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ANTUNES, R. **O continente do Labor.** São Paulo: Boitempo, 2011.

BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano.** 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BARBOZA, D. R. **A construção da democracia (vulgar) no processo da revolução burguesa no Brasil.** 2014. 566 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BARBOZA, D. R. Natureza de classe e características particulares do fascismo: contribuições de Gramsci para pensarmos o Brasil atual. **O Social Em Questão (ONLINE)**, v. 3, p. 127-148, 2021. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/54027/54027.PDF> . Acesso em: 25 jun. 2023

BARBOZA, D. R. A violência organizada e institucionalizada nas estruturas de poder: processos de fascistização no Brasil da Era Bolsonaro. **Revista Ágora (Vitória)**, v. 33, p. e-2022330208, 2022a. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/agora/article/view/38295> . Acesso em: 25 jun. 2023

BARBOZA, D. R. Entre a tempestade sangrenta e a silenciada bonança: a “democracia vulgar” nos processos políticos do Brasil. **Revista Em Pauta**, v. 20, p. 35-60, 2022b. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/68504> . Acesso em: 25 jun. 2023

BARBOZA, D. R.; ANDRADE, C. As particularidades do Estado na formação social brasileira: a reiteração da via repressiva de contenção das reivindicações populares. In: BARBOZA, D. R.; BOTELHO, J. (Org.). **Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 295-331. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-lutas-sociais-e-ofensiva-do-capita>. Acesso em: 12 abr. 2023

BARBOZA, D. R.; FERREIRA, A. C. S. Neoliberalismo, social-liberalismo e a antessala para os processos de fascistização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas da UFMA**, v. 26 (2), p. 636-657, 2023. Disponível em: <https://periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/20645>. Acesso em: 25 jun. 2023

- BEHRING, E, R. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez, 2021
- BEHRING, E, R; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- BOITO JR., A. **Estado, política e classes sociais: ensaios teóricos e históricos**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- BOITO JR., A. A questão do fascismo no governo Bolsonaro. In: **Jornal Brasil de Fato**, São Paulo, 10 de janeiro de 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/10/artigo-or-a-questao-do-fascismo-nogoverno-bolsonaro>. Acesso em: 15 abr. 2023.
- BORON, A. Os “novos Leviatãs” e a *polis* democrática: neoliberalismo, decomposição estatal e decadência da democracia na América Latina” in: SADER, E., GENTILI, P. (orgs) **Pós-neoliberalismo II: que Estado para que democracia?** Petrópolis, RJ: Vozes, 1999, p. 7 -67
- BRANCO, J. O neofascismo e a estética da destruição. **Brasil de Fato**, 03 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/03/o-neofascismo-e-a-estetica-da-destruicao>. Acesso em: 28 maio 2023.
- BUHL, K.; KOROL, C. **Criminalização dos protestos e dos movimentos sociais**. São Paulo: Instituto Rosa Luxemburg Stiftung, 2008.
- CASTELO, R. A violência como potência econômica na gênese da “questão social” no Brasil. **Temporalis**, [S. l.], v. 21, n. 42, p. 94–109, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/36372>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- COUTINHO, C. N. **Intervenções: o marxismo na batalha das idéias**. São Paulo: Cortez, 2006.
- CUEVA, A. **O desenvolvimento do capitalismo na América Latina**. São Paulo: Global, 1983. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/410312230/Agustin-Cueva-O-Desenvolvimento-do-Capitalismo-na-America-Latina-Global-Editora-1983-pdf>. Acesso em: 28 fev. 2023.
- CUEVA, A. A questão do fascismo. 2 de julho de 2020. **Lavra Palavra**. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2020/07/02/a-questao-do-fascismo/> . Acesso em: 28 fev. 2023.
- FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 3. ed. Rio de Janeiro: Ed. Zahar editores, 1981.
- FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1987.
- FERNANDES, F. **Apontamentos sobre a “Teoria do Autoritarismo”**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.

- FONTES, V. O protofascismo – arranjo institucional e policialização da existência. **Revista eletrônica Marxismo** 21, 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/Virg%C3%ADnia-Fontes-O-protofascismo-%E2%80%93-arranjo-institucional-e-policializa%C3%A7%C3%A3o-da-exist%C3%Aancia.pdf> . Acesso em: 18 jun. 2023.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002a
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. v.3. Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002b
- HARVEY, D. **A produção Capitalista do Espaço**. Coleção Geografia e Adjacências. São Paulo: Annablume, 2005.
- IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008
- IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- IANNI, O. **Imperialismo na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.
- IANNI, O. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Editora Vozes, 1984.
- IANNI, O. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- IANNI, O. **Pensamento social no Brasil**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2004.
- IANNI, O. **A ditadura do grande capital**. São Paulo: Expressão Popular, 2019.
- IASI, M. O Estado depois do ajuste: políticas sociais na época da hipocrisia deliberada. In: IASI, M. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2017. p. 241-264.
- KONDER, L. **O futuro da filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- KOROL, C. Criminalização dos Movimentos Sociais na América Latina. **Revista da Associação dos Docentes da UFF – Classe**, Rio de Janeiro, ano 1, n. 2, p. 10–13, out/nov/dez. 2008. Disponível em: <https://issuu.com/aduff/docs/classe2>. Acesso em: 25 jun. 2023.
- MACIEL, D. Governo Bolsonaro, ameaça fascista e luta socialista. **Revista eletrônica Marxismo** 21, 2019. Disponível em: <https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2017/05/David-Maciel-Governo-Bolsonaro-amea%C3%A7a-fascista-e-luta-socialista.pdf> . Acesso em: 18 jul. 2023.
- MARE – MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO E REFORMA DO ESTADO. **Plano Diretor da Reforma do Estado**. Brasília (DF), dezembro de 1995.

- MARINI, R. M. Possibilidades e limites da Assembléia Nacional Constituinte. In: SADER, Emir (Org.). **Constituinte e Democracia no Brasil hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 17-43.
- MARINI, R. M. **Dialética da dependência**. Petrópolis, RJ: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.
- MARINI, R. M. **Subdesenvolvimento e revolução**. 4. ed. Florianópolis: Insular, 2013.
- MARX, K. **O capital**. Livro I, tomo 1. SP: Editora Nova Cultural, 1996a.
- MARX, K. **O capital**. Livro I, tomo. 2. SP: Editora Nova Cultural, 1996b.
- MARX, K. **A questão judaica**. Rio de Janeiro, Centauro, 2000.
- MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. Rio de Janeiro: Vitória, 1961. 3v. V. 1. p. 13-47.
- MASCARO, A. L. **Crise e golpe**. São Paulo: Boitempo, 2018
- MESTRINER, M. L. **O Estado entre a filantropia e a Assistência Social**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, I. **O desafio e o fardo do tempo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- NETTO, J. P. **Democracia e transição socialista: escritos de teoria política**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- NETTO, J. P. **Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez editora, 2011.
- NOVACK, G. **O desenvolvimento desigual e combinado na história**. São Paulo: Sundermann, 2008.
- OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.
- OSORIO, J. Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica. In: FERREIRA, C.; OSORIO, J.; LUCE, M. (Orgs.). **Padrão de reprodução do capital: Contribuições da Teoria Marxista da Dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012
- POULANTZAS, N. *Fascismo e ditadura*. Porto: Portocalense Editora, 1972.
- SANTOS, J. Particularidades da “Questão Social” no Brasil: Elementos para o debate. **Temas & Matizes**, v. 9, n. 17, p. 125-150, 2010. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/view/4707>. Acesso em: 28 jun. 2023.

SEMERARO, G. Da sociedade de massa à sociedade civil: a concepção da subjetividade em Gramsci. **Revista Educação e Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 66, p.65-83, abr. 1999.

SEMO, Enrique. **História del capitalismo en México**. Los orígenes. 1521/1723. México: Editora Era, 1973.

SILVA, M. C. da. **O Estado em seu Labirinto**: a particularidade do Estado na América Latina. 2019. Dissertação (Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

SIMIONATTO, I. O social e o político no pensamento de Gramsci. In: AGGIO, A (Org.). **Gramsci**: a vitalidade de um pensamento. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

TAVARES, M. da C. **Acumulação de capital e industrialização no Brasil**. 3.ed. Campinas: Ed. Da Unicamp, 1998.

TROTSKY, L. Peculiaridades do desenvolvimento da Rússia. In: TROTSKY, L. **A História da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

VIA CAMPESINA BRASIL. **A Ofensiva da Direita Para Criminalizar os Movimentos Sociais no Brasil**. São Paulo, 2010. Disponível em: <https://mst.org.br/download/a-ofensiva-da-direita-para-criminalizar-os-movimentos-sociais-no-brasil/> . Acesso em: 28 jun. 2023